



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ITIE VAI GARANTIR A SUA SUSTENTABILIDADE

– Custódio Nguetana, Coordenador Nacional da ITIE Moçambique

1. Institucionalização da ITIE: dos receios ao consenso

A ITIE, abreviatura de Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva, é um mecanismo de promoção de transparência e gestão responsável das receitas provenientes do sector extractivo, com vista a permitir o uso adequado e monitorável dos mesmos e contribuir para a estabilidade económica e política dos países produtores de tais recursos.

A ITIE foi lançada oficialmente em 2012 na cimeira de chefes de estado e de governo sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo na África do Sul. O Secretariado Internacional da ITIE encontra-se baseado na capital norueguesa, Oslo. Fundos externos, nomeadamente do Banco Mundial, têm vindo a garantir a implementação das actividades da ITIE Moçambique (ITIEM). Contudo, a consolidação da ITIEM implica a sua institucionalização, no sentido da sua plena "mocambicanização", tornando-a parte integrante das instituições públicas nacionais e, nessa condição, financiada pelo orçamento do Estado.

A origem externa da ITIE originou receios relativamente à sua plena integração no aparelho do Estado, pois alguns membros do Comité de Coordenação, receavam que tal processo iria colocar a ITIEM sob controlo directo do governo, quebrando-lhe a independência, ou votando-a à letargia.

Entretanto, no mundo há exemplos que demonstram que a integração da ITIE em estruturas do estado ajuda a sua consolidação, quando se lhe dota orçamento, um plano de desenvolvimento e de recursos técnicos e humanos adequados, na perspectiva de tornar a transparência da indústria extractiva uma bandeira dos próprios governos.

2. À procura de um modelo de ITIE para Moçambique

Na linha de experiências existentes em outras partes do mundo, o governo contratou uma firma de consultoria, que deve apresentar propostas de modelos adequados de institucionalização da ITIEM. Numa entrevista ao Boletim Informativo (BI), o Coordenador Nacional da ITIEM, Custódio Nguetana, aborda este e outros assuntos relevantes e de actualidade sobre o processo da implementação da iniciativa em Moçambique.

Boletim Informativo (BI): Uma das questões que tem sido muito debatida é a sustentabilidade de grandes iniciativas, de origem externa, entretanto acolhidas pelo governo, como a ITIE. Como o governo encara a sustentabilidade da ITIEM?

Custódio Nguetana (CN): Desde que Moçambique foi admitido como membro da ITIE, o governo encontrou na institucionalização da iniciativa como a estratégia viável para torna-la sustentável, uma vez que passaria a fazer parte



da estrutura institucional do estado, passando a ter seu próprio orçamento e por via disso, tornando-se mais robusta.

Nessa ordem de ideias, em 2015 o Ministério dos Recursos Minerais e Energia, inspirado em experiências de países como a Nigéria, decidiu que a melhor forma de melhorar os mecanismos do funcionamento da ITIE em face da situação financeira que o país atravessa, seria a SUA institucionalização.

BI: Sabendo-se que a ITIE tem um Comité de Coordenação que integra diferentes sensibilidades (governo, sociedade civil e empresas), como foi inicialmente acolhida esta decisão?

CN: A proposta, numa primeira fase, não colheu consenso junto do Comité de Coordenação, porque discutia-se se este processo não iria reduzir a capacidade do próprio Comité. Receava-se que uma possível dependência do governo levaria a ITIE à inércia. Estas discussões prolongaram-se por um ano.

O consenso foi alcançado em finais de 2016, depois de estabelecidas garantias de manutenção da constituição tripartida do ITIE - integrando o governo, empresas e a sociedade civil - e da salvaguarda dos princípios e padrões internacionais que norteiam a iniciativa.

Foi então lançado um concurso para a contratação de uma firma de consultoria que irá realizar um estudo sobre o tipo de instituição que se deve criar, assim como a descrição concreta dos possíveis ganhos em caso de institucionalização da ITIE em Moçambique.

O consultor deverá apresentar as opções de institucionalização, analisar, recomendar e fundamentar a mais-valia que tal processo irá representar para o país.

A proposta foi prontamente acolhida pelo Banco Mundial que lidera a lista de parceiros que juntamente com o governo, financia a iniciativa.

BI: E em que fase se encontra este processo?

CN: O processo de institucionalização está a caminhar. Neste momento (Setembro de 2017), o processo de contratação do consultor segue os processos administrativos e a nossa expectativa é que em 2018 tudo esteja mais claro.

3. Composição multisectorial do Comité de Coordenação será mantido e alargado

BI: E assim a ITIE passa a ser uma instituição do estado, eliminando-se o Comité de Coordenação multisectorial?

CN: É preciso que fique claro que a institucionalização não vai implicar a eliminação do Comité de Coordenação: ele continuará a existir e a funcionar, com o envolvimento de diversos actores e nele serão agregados novos membros. Tal é o caso da Associação Moçambicana de Operadores Petrolíferos, a Associação Moçambicana de Desenvolvimento do Carvão Mineral, a Assembleia da República, o Tribunal Administrativo e academia.

BI: Para além desta questão da institucionalização, quais os outros projectos que o ITIE tem em carteira?

CN: Existem várias actividades que estão a ser realizadas pela ITIE presentemente. Uma delas é o e-reporting, uma iniciativa que está a ser desenvolvida através da empresa INTEL, que vai estabelecer uma plataforma eletrónica que permite a recepção de dados. É uma experiência

que estamos a colher junto da Mongólia e ajuda a reduzir os custos de reconciliação que chegam a 70 mil dólares norte-americanos.

A informação será enviada por todos os intervenientes de forma regular e ficará disponível no sistema, o que irá facilitar a elaboração do relatório.

BI: Que tipo de informação contém esse relatório?

CN: O relatório do ITIE divulga informação sobre os ganhos da indústria extractiva. Estes vão para além das receitas, contendo análises do impacto da cadeia da indústria extractiva sob o ponto de vista social e económico, como também espelha a actividade mineira e petrolífera no país. Neste momento, está em fase de elaboração o sétimo relatório da ITIE, através de um administrador independente. Trata-se, neste caso, da Deloitte & Touche e estará pronto até 31 de Dezembro deste ano. O relatório é referente aos exercícios económicos de 2015 e 2016. Há também este projecto de disseminação da ITIE, que está a ser implementado pela Kuwuka JDA e pelo SEKELEKANI, o qual inclui acções de formação visando a popularização da iniciativa. Nestas acções de formação são abordados temas como a legislação mineira e petrolífera, a política de responsabilidade social e corporativa e o mecanismo de atribuição dos 2.75 por cento às comunidades onde decorre exploração de recursos minerais.

4. Tornar a ITIE instrumento de avaliação da boa governação

BI: Por falar de popularização da ITIE, qual será o nível de conhecimento público sobre esta iniciativa?

CN: Durante muito tempo tivemos uma ITIE pouco conhecida. Os cidadãos não tinham conhecimento da existência dos relatórios produzidos periodicamente. O nosso objectivo agora é projectar a ITIE como um dos instrumentos de avaliação da boa governação. Queremos que a ITIE faça parte da vida das pessoas. Neste momento temos uma política de responsabilidade social corporativa e uma iniciativa que permite que os interessados possam aceder e saibam quais são as áreas mineiras e petrolíferas que estão livres para explorar. Enfim, queremos uma maior socialização da ITIE.



Reassentamento em Palma

SOCIEDADE CIVIL E JORNALISTAS ACORDAM ESTRATÉGIAS DE MONITORIA



Manuel Passar no Centro Terra Viva intervindo no seminário

Membros das comunidades de Quitupo, Senga, Maganja, Quitunda e Mondlane; jornalistas e representantes de organizações da sociedade civil baseadas em Cabo Delgado, estiveram reunidas durante três dias (22 a 24 de Agosto de 2017) na cidade de Pemba para acordar estratégias com vista a monitorar o reassentamento em Palma, mercê da instalação da fábrica de Gás Natural Liquefeito na Península do Afungi, distrito de Palma. As empresas petrolíferas Anadarko, americana e a italiana, ENI, assinaram acordos, que às autorizam a construir infraestruturas comuns de logística, nomeadamente um terminal marítimo de gás natural e instalações de descarga de materiais no âmbito da construção da Fábrica de Gás Natural Liquefeito em Palma.

No último do seminário de Pemba, Issufo Tankar do Centro Terra Viva, disse esperar que os participantes estejam mais unidos para na coordenação de estratégias de monitoramento do reassentamento em Palma no sentido de garantir que os direitos das comunidades sejam salvaguardados.

“Depois deste seminário, esperamos que tenhamos capacidade de acompanhar o processo do reassentamento na península do Afungi em Palma, para que uma vez feito, consigamos dizer aos intervenientes o que correu bem e o que correu mal, para poder ser corrigido” – sublinhou Tankar.

Os participantes dizem ter saído do evento, com informação sobre o processo de reassentamento e com conhecimento dos prováveis problemas que podem ocorrer com o processo, para

mica instalada, para um outro onde terão que optar por novas modelos de vida. Para que isso não seja desastroso, há necessidade de assegurar recursos sustentáveis e duradouros. Tomás Vieira Mário considerou ainda a iniciativa da Anadarko que anunciou um fundo de desenvolvimento comunitário que visa resolver formas de adaptação das pessoas a serem reassentadas fazendo pequenos negócios que concorrem para estabilizar e ou aumentar o nível de renda da sua vida, como boa que entretanto, “quando mal gerido ou caso não esteja claro como é que vai beneficiar as comunidades, quem vai gerir os fundos, poderá trazer desentendimentos e dividir as comunidades em vês de as beneficiar”.



A anteceder o arranque destas obras, devesse ocorrer o processo do reassentamento das populações residentes na área concessionada. Um processo que irá afectar de forma directa e indirecta, cerca de 1.330 famílias e se espera, seja, delicado, com implicações económicas, sociais, ambientais e culturais de grande impacto.

O governo, através da ministra dos recursos minerais e energia, Leticia Klemens, já veio a público anunciar que o processo do reassentamento deverá começar ainda este ano, prevenindo-se que se prolongue por um período de dezoito meses.

além de que foi acordada a partilha de informações entre as organizações da sociedade e a correu mal, para poder ser corrigido” – sublinhou Tankar.

“O reassentamento deve garantir modelos de vida sustentáveis para as comunidades”

O Director Executivo do SEKELEKANI, Tomás Vieira Mário, disse que o reassentamento implica a retirada de pessoas de um local, onde já tinham a sua estrutura sociocultural e econó-

Subsídio aos membros do comité local pode representar um risco para as comunidades

Alguns membros da plataforma distrital sobre recursos naturais de Palma criticaram o facto de a Anadarko atribuir subsídios mensais aos elementos dos comités comunitários de reassentamentos na península do Afungi.

Assane Sangu Assane, membro da plataforma distrital disse durante o seminário das organizações da sociedade civil e comunicação social sobre o processo de reassentamento em Palma que devido a estas atribuições alguns integrantes do comité recusam-se a participar no evento por temer perder regalias fixadas pela Anadarko.

Ao todo, 15 membros dos comités comunitários, distribuídos pelas aldeias directamente afectadas pelo megaprojecto da Anadarko na bacia do Rovuma, têm-se beneficiado das atribuições mensais.

“Trata-se do primeiro caso de género na história dos comités comunitários, em que se atribui uma avença aos constituintes deste tipo de organismo. Ainda que as pessoas sejam honestas, o dinheiro pode aliená-las”, disse o Director Executivo do SEKELEKANI, Tomás Vieira Mário.



INDÚSTRIA EXTRACTIVA

CAPACITAÇÃO SOBRE A ITIE MOÇAMBIQUE REÚNE DIVERSAS SENSIBILIDADES EM TETE

A cidade de Tete, acolheu entre os dias 8 e 9 de Agosto, uma capacitação sobre a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), onde participaram membros das organizações da sociedade civil, governo, empresas, academia, decisores políticos e fazedores de opinião pública.

A capacitação de dois dias, tinha por objectivo, fortalecer o conhecimento sobre a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva, como um mecanismo de promoção da transparência e a gestão responsável das receitas provenientes do sector extractivo, com vista a permitir uma melhor gestão de recursos e contribuir para a garantia da estabilidade económica e política dos países e que, Moçambique aderiu em 2009 de aprimorar os vários instrumentos internos já existentes de promoção de boa governação.

O imposto de produção que as empresas de mineração pagam ao Estado, de onde é feito o cálculo dos 2.75% que deve ser usado para os projectos da comunidade, constituiu um dos assuntos mais debatidos durante a capacitação.

Um das questões levantadas pelos participantes da capacitação sobre a iniciativa de transparência da indústria extractiva, tem que ver a falta de informação e fraca transparência na gestão de receitas provenientes da indústria extractiva.

Depois de Tete, a próxima capacitação terá lugar na província de Inhambane. A iniciativa visa promover maior conhecimento sobre a ITIE e consequentemente melhorar a governação na componente de indústria extractiva no país.



CIP CONSIDERA QUE O CONTRACTO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM INHAMBANE BENEFICIA A SASOL E NÃO AO ESTADO MOÇAMBICANO

Numa recente publicação divulgada, o CIP – Centro de Integridade Pública considera que o plano de desenvolvimento do contrato de partilha de produção (PSA) assinado entre o governo, a empresa nacional de hidrocarbonetos (ENH) e a Sasol petroleum Mozambique LDA (SPM) com enfoque na pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção do gás natural de Temane e do petróleo leve em Inhassouro, apresenta perspectivas animadoras, mas os termos do contrato e a experiência demonstram que a multinacional sul-africana irá ganhar mais, enquanto Moçambique ficará prejudicado.

O relatório do CIP alerta que o referido contrato, assinado em Outubro de 2000 carece de esclarecimento de uma série de questões e que tem que ver com a viabilidade socioeconómica do projecto, na óptica dos ganhos para o estado, uma vez que que “as despesas de investimento são maiores que as receitas esperadas”.

No contrato, prevê-se que o projecto irá exportar o petróleo produzido na área concessionada para o mercado internacional e que em função das quantidades dos produtos (gasolina, gasóleo e nafta) poderá ser alterada com vista a ser utilizado no mercado doméstico. Entretanto, o CIP verifica que o fracionamento do petróleo leve dará maior rendimento, isto é 73% de nafta e o petróleo destilado médio, constituído pela gasolina e gasóleo dará apenas 27% de rendimentos, o que significa que a obtenção do petróleo de Inhassouro para o consumo doméstico poderá ser limitada.

A análise do Centro de Integridade Pública observa ainda que a refinação no território nacional de gás para uso doméstico pode reduzir a dependência de importações, mas não irá substituir por completo, uma vez que Moçambique importa cerca de 25 mil toneladas de gás de cozinha por ano, enquanto que a produção local a ser feita pela fábrica de processamento de líquidos da Sasol atingirá a um máximo de 20 mil toneladas por ano, o que demonstra estar abaixo das reais necessidades do mercado nacional.

Mais dificuldade para as pequenas e médias empresas moçambicanas

Uma das questões que tem sido debatida em



Vista geral do projeto de gás de Moçambique Sasol em Temane - Foto: Club Of Mozambique

Moçambique, quando se fala da indústria extractiva é a valorização da política do conteúdo local, que segundo instrumentos internacionais, reside na exigência de que uma empresa ou um conjunto de empresas de um setor produtivo realize no mercado doméstico uma parcela das compras de insumos ou de bens e serviços requeridos por seus investimentos. Diversas conferências que tem sido realizadas em Maputo sobre as oportunidades de negócio na cadeia de mineração, petróleo e gás, tem estado a apelar que esta constitui uma oportunidade para garantir que a exploração de recursos naturais seja benéfica.

Aliás, em Dezembro de 2014, o então ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aíuba Cureneia referiu, citado pelo jornal notícias, que o país estava comprometido com a melhoria das condições de vida do seu povo e “a certeza é de que os ganhos resultantes da indústria petrolífera e actividades a ela associadas constituem uma alavanca para todos os sectores da economia moçambicana”. Para que isso aconteça, os especialistas recomendam dentre outras medidas, a valorização do conteúdo local. Entretanto, o estudo do CIP apresenta reticências em relação ao conteúdo local, que no plano

da Sasol é o compromisso que será alcançado através da identificação, desenvolvimento, crescimento e sustentação dos fornecedores moçambicanos, particularmente às pequenas e médias empresas (PME). O projecto prevê a criação de oportunidades de negócio e desenvolvimento técnico, soluções de apoio financeiro, bem como redes de interligação de negócios para permitir uma maior participação das PME na cadeia de valor na indústria de hidrocarbonetos de Moçambique, contribuindo desta forma para o desenvolvimento económico-social do país. A nível de formação de mão-de-obra para a construção do projecto, a Sasol tenciona formar mais de 400 trabalhadores em diversas áreas de especialização. Com esta iniciativa pretende-se substituir os trabalhadores estrangeiros por moçambicanos graduados neste programa de formação que está a ser desenvolvido em coordenação com o INEFP, PIREPE, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e instituições privadas. Está prevista a contratação de 2000 a 3000 trabalhadores semiquilificados para a fase de construção.

“O programa de conteúdo local da SASOL é decalque dos demais programas do género cuja implementação falhou. Pode-se exemplificar

com o actual projecto de exploração de gás da Sasol: ao fim de 13 anos o impacto socioeconómico do mesmo é quase invisível. Basta olhar para a construção do complexo de Nyamacunda para albergar altos quadros da Sasol, com investimento de mais de US\$30 milhões que, entretanto, foi adjudicada a SMH Construction da África do Sul, não obstante haver muitas empresas de construção moçambicanas com alvará para executar projectos similares. Os factores que determinaram o fracasso do programa de conteúdo local do projecto pioneiro da Sasol são estruturais e ainda prevalecem, daí que a propensão deste programa para não se efectivar é real” – refere o CIP.

Dentre os motivos destacam-se, a não existência de mecanismos efectivos para o cumprimento do previsto na Lei de Petróleos que é de privilegiar a contratação de empresas locais para a prestação de serviços e fornecimento de bens, o que faz com que, o conteúdo local seja encarado como facultativo, dependendo do fornecedor. Esta situação, aliada a baixa competitividade das pequenas e médias empresas moçambicanas sob o ponto de vista de proporção, preço, qualidade e capacidade de satisfazer a demanda faz com que as empresas locais estejam em desvantagem quando comparadas com as sul-africanas.

Outro aspecto tem que ver com o facto da camada empresarial preparada para fornecer bens e serviços aos grandes projectos ser formada por “um segmento específico da sociedade, que são as elites política e económica de Maputo, que de alguma forma gozam de informação privilegiada sobre o sector, em detrimento de outros segmentos. Neste caso, quando se fala de uso de conteúdo local desvirtua-se a essência do “local”. “Local” devia-se referir à comunidade hospedeira do projecto. É esta comunidade que sofre os impactos negativos da implementação do projecto e, consequentemente, é esta comunidade que deve beneficiar das vantagens do conteúdo local” – explica o estudo do Centro de Integridade Pública.

INDÚSTRIA EXTRACTIVA



EXPLORAÇÃO HUMANIZADA DE RECURSOS MINERAIS REÚNE EM TETE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Teve lugar entre os dias 3 e 5 de Agosto de 2017, na cidade de Tete, o Nkutano – segundo fórum nacional de advocacia sobre recursos minerais e desenvolvimento, organizado pela Plataforma das Organizações da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extrativa.

Segundo revelaram, transcorridos dois meses após o envio dos pedidos de informação, apenas três, das dez instituições interpeladas enviaram respostas. Destas, apenas o Fundo de Fomento Agrário respondeu dentro do prazo máximo de 21 dias, previsto por lei. As restantes instituições, incluindo a Assembleia da República, optaram pelo silêncio.

Trata-se de um organismo composto por trinta e oito (38) organizações, entre nacionais e internacionais, que a sua saída neste fórum, definiu a realização de uma série de acções, visando garantir que a exploração de recursos minerais em Moçambique, seja em observância aos direitos humanos das comunidades abrangidas pelo processo.

Para além das organizações que integram a plataforma, participaram, membros das comunidades abrangidas pela extração mineira, membros da assembleia provincial de Tete, representantes de instituições públicas e personalidades influentes no processo.

O Director Executivo do SEKELEKANI, Tomás Vieira Mário, falando na abertura do evento, em representação do grupo de coordenação do fórum, referiu que o encontro destinado a todos que tem interesse na exploração sustentável dos recursos minerais e na gestão transparente das suas receitas, constituiu uma questão de interesse nacional estratégico

devido as questões de natureza social, política, económico e cultural, geradas pela exploração de recursos mineiros.

“As imagens de Namanhumbir demonstram que este processo pode ser complicado. Por isso, o lema fala da exploração humanizada de recursos naturais. A palavra humanizada não vem ao acaso. Significa que a exploração deve beneficiar ao homem e não prejudica-lo” – disse, Tomás Vieira Mário.



As organizações da sociedade civil que trabalham na advocacia dos direitos das comunidades, acordaram que deverão, propor formas de vida condigna das pessoas reassentadas; advogar para que a responsabilidade social se torne obrigatória e não facultativa; submeter ao governo uma proposta de regulamentação das indemnizações; propor ao governo que seja aprovado um instrumento legal em que as comunidades locais, tornam-se accionistas das empresas que exploram recursos minerais na sua região; assim como, promover um debate sobre a alocação e formas de utilização dos 2.75% dos lucros das empresas mineradoras a

que a comunidade tem direito.

O Reverendo Dinis Matsolo, membro do Mecanismo Africano de Revisão de Pares, que dirigiu a conferência inaugural do Nkutano, referiu que quando falta humanismo, por melhor que seja acção, não tem o devido valor, uma vez que tudo quanto existe na natureza visa servir o próprio homem. Por isso, o clérigo, é necessário que se explorem recursos e não pessoas.

Matsolo, demonstrou preocupação em relação aos relatos de violação de direitos humanos que se registam nas zonas de exploração mineira no país e disse não perceber porque “quando falamos de dinheiro esquecemos as pessoas e quando falamos de números, esquecemos as faces”.

Neste fórum, as organizações: Associação Nacional de Extensão Rural – AENA, a Kulima e a Solidariedade Moçambique denunciaram a usurpação por parte do governo, do papel das comunidades afetadas pela extração de recursos naturais nos distritos de Moma, Angoché e Larde.

Estas organizações, apresentaram as suas experiências nas temáticas de responsabilidade social empresarial das empresas de extração mineira que operam em Nampula, assim como da alocação de uma percentagem dos ganhos coletados pelo estado, às regiões onde a exploração acontece.

A responsabilidade social, que à luz da política nacional de responsabilidade social corporativa não é obrigatória, mas sim, facultativa e inspira-se em princípios éticos internacionais, tem sido vista como uma forma das empresas minimizarem o impacto nocivo das suas actividades.

Entretanto, segundo constatam as organizações que estamos a citar, empresas que não tem um “plano de responsabilidade social” e quando o têm, não é baseado na “auscultação das necessidades das comunidades” o que contrasta com todas abordagens teóricas de desenvolvimento, que recomendam a definição de projectos, baseados nas necessidades da comunidade para onde irão, os mesmos incidir.

Isto faz com que se, há acções, desenvolvidas pelas empresas, naquilo que consideram de sua responsabilidade social, as mesmas não respondem as reais necessidades das comunidades, o que coloca as segundas em constante insatisfação. Uma insatisfação que se propaga quando a mesma, não sabe, para onde vão os 2.75% de rendimentos, que lhes pertencem por direito, como resultado da exploração de recursos na sua região.

Durante os três dias foram abordados quatro temas fundamentais, nomeadamente: i) Reassentamentos, ii) Benefícios das Comunidades; iii) Mulher e Mineração; e iv) Impactos sociais e ambientais da Mineração.

O NKUTANO é um fórum nacional de advocacia focado na reflexão sobre o desenvolvimento da indústria extractiva e o seu impacto na qualidade de vida dos moçambicanos e constitui uma oportunidade para que sejam ouvidas as vozes de todos (as) cidadãos (as) a partilharem lições, problemas, questões e dúvidas, esclarecimentos e comentários, soluções e desafios por um desenvolvimento sustentável e inclusivo na exploração de recursos minerais em Moçambique.

GOVERNO GARANTE QUE REASSENTAMENTO DAS COMUNIDADES EM PALMA ARRANCA ESTE ANO

A Ministra dos Recursos Minerais e Energia, Leticia Klements, garantiu que o reassentamento das famílias abrangidas pelo traçado do projecto de descargas de material e terminal marítimo de Gás Natural Liquefeito, na Península do Afungi, Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado começa ainda este ano, depois de ter falhado no primeiro semestre, devido a complexidade que envolve o plano de elaboração e aprovação do plano de reassentamento. A garantia, segundo o jornal, Magazine Independente, foi dada pela ministra em Maputo, durante a assinatura dos

contractos de concessão entre o governo e o consórcio de exploração dos blocos I e IV da Bacia do Rovuma, liderado pelas multinacionais ENI e Anadarko. Leticia Klements, ainda citada pelo mesmo jornal, referiu que o processo deve ser feito de forma cuidadosa, para evitar más experiências, registadas no passado, em projectos similares. Num outro desenvolvimento, garantiu que dentro de três semanas (a partir do dia em fez estes pronunciamentos, 10 de Agosto de 2017) serão publicados, todos os contractos com as concessionárias dos blocos I e IV da Bacia do Rovuma.



FICHA TÉCNICA

Editor: Tomás Vieira Mário

Textos: Jessemusse Cacinda

Layout: Tomás Queface

Implementação

